

RESPOSTA AOS COMENTÁRIOS AO ARTIGO “POR QUE É IMPORTANTE ESTUDAR A HISTÓRIA DO IMPÉRIO OTOMANO?”

Response to comments on the article “Why is it important to study the history of the Ottoman Empire?”

Monique Sochaczewski ^a

 <https://orcid.org/0000-0003-3758-6255>

E-mail: monique.goldfeld@idp.edu.br

^a Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP),
Brasília, DF, Brasil

Debate sobre o artigo "Por que é importante estudar história do Império Otomano?" de Monique Sochaczewski. Publicado em Revista Esboços: histórias em contextos globais, v. 32 (2025). DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2025.e106590>

Discussion on the article "Why is it important to study the history of the Ottoman Empire?" by Monique Sochaczewski. Published in Revista Esboços: histórias em contextos globais, v. 32 (2025). DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2025.e106590>

RESUMO

Resposta aos comentários dos pesquisadores Nelly Hanna, Ruben Paredes, João Júlio dos Santos, Heitor Loureiro e Danny Zahreddine ao artigo-base da seção Debates intitulado “Por que é importante estudar história do Império Otomano?”.

PALAVRAS-CHAVE: Império otomano; História Global; Relações internacionais.

ABSTRACT

Response to the comments of researchers Nelly Hanna, Ruben Paredes, João Júlio dos Santos, Heitor Loureiro, and Danny Zahreddine regarding the debate-article ‘Why is it important to study the history of the Ottoman Empire?’

KEY-WORDS: Ottoman empire; Global History; International relations.



Durante muitos anos me senti solitária nos estudos otomanos a partir do Brasil, por isso, agradeço e saúdo com alegria a iniciativa da Revista Esboços por me convidar a escrever o artigo-base da seção Debates. Foi com imensa empolgação que li os comentários dos colegas a ele, seja validando meu esforço intelectual, apontando limites da história otomana, conectando-o aos esforços mais amplos da História Global ou contrapondo-o à História das Relações Internacionais tradicionais, e ainda compartilhando suas próprias pesquisas.

Tentarei nas próximas páginas responder a cada um dos comentadores, por uma ordem que achei por bem estabelecer do que seria do mais distante ao mais próximo, a saber: a egípcia Nelly Hanna e seus comentários mais específicos sobre os árabes na historiografia otomana; o argentino Ruben Paredes e seu reforço para pensar as conexões entre América Latina e Império Otomano “fuera del canon historiográfico”; e os colegas do Brasil, João Júlio dos Santos e o esforço de se fazer história otomana como história global; Heitor Loureiro e os diálogos possíveis do Brasil com o mundo otomano; e Danny Zahreddine e a oportunidade de recuarmos no tempo e entendermos a história drusa no âmbito otomano.

Nelly Hanna e os árabes na História Otomana

A egípcia Nelly Hanna é reconhecida especialista na história do Cairo otomano, e é uma enorme honra contar com seus comentários sobre meu texto. Concordamos que estudar a história das relações da América do Sul com o Império Otomano é um importante exercício de reflexão sobre relações Sul-Sul e um contraponto ao eurocentrismo ainda preponderante.

Sendo pesquisadora árabe, Nelly Hanna se ressentia, porém, por eu centrar minha breve história do Império Otomano, e em particular da historiografia otomana que apresento, em Constantinopla/Istambul. Por um lado, ela tem razão ao ressaltar, como eu mesma fiz, que a partir do século XVI o Império Otomano passou abarcar terras árabes, tendo pela primeira vez maioria muçulmana, e que há um desafio de entender o império em toda a sua totalidade, ou seja as terras centrais e as províncias, em particular movimentos de burocratas e transferências de populações. Por outro lado, ela não entende meu ponto que é o de justamente apresentar os estudos otomanos a partir de seu centro, em Istambul, posto que no Brasil já há muitos escritos e publicações sobre os árabes e ao que me consta fui a primeira a pesquisar História na antiga capital otomana.



Reconheço, porém, envergonhada, que em meu artigo tenha deixado de fora Şevket Pamuk e Suraiya Faroqhi, das maiores autoridades em história otomana, ele *istanbullu* especializado em história econômica, além de irmão do escritor vencedor do Prêmio Nobel de Literatura, Orhan Pamuk; ela alemã muito reconhecida e respeitada nos estudos sociais otomanos na Turquia. Em minha defesa, tinha espaço reduzido para o artigo-base e quis focar em particular em Halil Inalcık e seu pioneirismo como “otomano otomanista”, além de razão pela qual busquei fazer meu “sanduíche” na universidade em que ainda atuava, no caso, Bilkent University, em Ancara. Conto, porém, em minha biblioteca física com o volume dois (1600-1914) de “An Economic and Social History of the Ottoman Empire”, co-autorado por ambos, além de Bruce McGowan e Donald Quataert, e com diversos artigos de ambos em minha biblioteca digital.

Nelly chama atenção para agenda possível e importante de pesquisa sobre imigração otomana para a América Latina como um todo, sugerindo comparações e conexões entre México e Cuba, para além do Brasil, e eventual investigação das relações das diásporas com seus lugares de origem. Eu concordo com ela, ressaltando que há larga produção sobre grupos oriundos de terras otomanas para a América Latina, mas sem menção à forma como Constantinopla acompanhava tais migrações ou sobre como tais grupos olhavam para a capital otomana. Ressalto aqui a pesquisa importante da franco-chilena Cecilia Baeza (2014) sobre os palestinos na América Latina a partir dos anos 1870. Ela contextualiza que para evitar competição com sírios e libaneses na Argentina ou Brasil, eles preferiram atravessar os Andes e chegar ao Chile, Peru, Honduras e El Salvador, bem como explica o peso de perseguições religiosas e ascensão do nacionalismo turco como razões para emigrar, mas que era quase inexistente identificação com o Império Otomano.

A historiadora egípcia ressalta também a validade de melhor entender a história do café, que se inicia no Império Otomano e que teve centralidade no Egito até o século XVIII, se questionando como se consumia café no Brasil durante o período em que o Império Otomano era o maior distribuidor dessa *commodity*. Na verdade, eu faço parte dessa conexão em minha tese de doutorado tornada livro em 2017, explicando que na realidade o Império do Brasil se interessou em assinar o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Império Otomano em 1858, para tentar vender diretamente seu café aos otomanos, sem necessidade de intermediários europeus. E é importante ter em mente, de fato, que no século XVIII o Cairo estava entre os principais entrepostos de comércio do café no Império Otomano e na Europa. E, como pontua Juan Cole (2008: p. 54 [tradução minha])



“é tentador observar que a ascensão dos cafés [na França] teve algo a ver com a Revolução Francesa, e pode ser que os comerciantes de cafés egípcios inadvertidamente colocaram em andamento as discussões fervorosas e cafeinadas que derrubaram o Antigo Regime e, por fim, enviaram uma frota francesa para atacar Alexandria”.

Rubem Paredes e a validade de ir além do cânone historiográfico

Ruben Paredes é professor da Faculdade de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Nacional de Rosário, na Argentina, além de diretor adjunto do Instituto Rosario de Estudos do Mundo Árabe e Islâmico. Na parte inicial de seu comentário ao meu artigo elogia meu esforço em articular o local e o global e por me afastar da história das Relações Internacionais tradicionais, ou seja, eurocentradas, mesmo que me debruce sobre um “império que pereceu”, no caso, o otomano. Paredes cita, porém, mais uma historiografia francesa como padrão em que Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle são os grandes nomes, quando na realidade em meu doutorado me pautei mais na chamada Escola Inglesa de Relações Internacionais e em sua visão de “Evolução da Sociedade Internacional” capitaneadas por Adam Watson (2004) e Hedley Bull. Meu esforço o tempo todo, porém, foi sempre o de ressaltar os limites dessa lente, pois tradicionalmente não tratava de potências médias, ou “impérios periféricos” como defino o Brasil e o Império Otomano no século XIX. Eles focaram tradicionalmente em impérios e colônias. E meu intuito de fato é demonstrar que o Império Otomano teve larga e importante presença na Europa, Ásia e África do Norte. Conhecer sua história é também entender que o Islã faz parte da Europa há séculos, por exemplo.

O pesquisador argentino ressaltava pontos com que concordo no geral e vou explorar melhor: 1) que o Império Otomano em seus anos iniciais foi mais avançado que a Europa; 2) a importância das sultanas em vários períodos da história otomana; 3) o peso do Império Otomano no jogo de poder europeu do século XIX; 4) os usos que o atual presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan, faz do passado otomano.

Como ressaltado em meu texto, o Império Otomano inicialmente juntava uma tradição turquica, governava em grande medida terras dominadas por bizantinos, criava forma específica de domínio sobre os “Povos do Livro”, e era inovador em termos militares, seja na forma de conscrição ou mesmo do uso de canhões de guerra. Essa diversidade de tradições, bem como uma liderança sofisticada, como a de Fatih Mehmet (r. 1451-1481), talvez expliquem por que quando a Europa ainda vivia a chamada Idade Média,



fragmentada e atrasada em termos científicos, o Império Otomano se consolidava como potência global.

Em relação às sultanas, que citei brevemente, a professora da *New York University* Leslie Peirce (a quem tive o prazer de assistir palestrar na *Bilkent University* quando lá estudei), dedica décadas de estudos a seu respeito. Seu livro *Imperial Harem: Women and Sovereignty in the Ottoman Empire* (2017) demonstra que diferente do senso comum de que o harém seria o lugar de mulheres lânguidas a serviço do sultão, o harém imperial otomano era inerentemente político. Caroline Finkel (2005: 132) reforça que em especial a partir do sultanato de Mehmet II (1451-1481) se instalava uma “política otomana de reprodução” em que concubinas só poderiam ter um filho homem, embora várias filhas (Finkel, 2005: 132). O sultão Bayezid II (1481-1512) por sua vez elevou o status das mães de filhos do sultão. Elas passavam a ter poder na gestão das províncias com seus filhos homens que se preparavam para um possível governo. Uma sultana em particular se destacaria no século XVI, a Época Áurea Otomana, e foi Hürrem Sultan (cônjuge de Süleyman, o Magnífico, de 1533 a 1558), conhecida no Ocidente como Roxelana. Leslie Peirce escreveu biografia potente dela em 2017, demonstrando que rompeu com uma série de padrões em relação às concubinas até então - teve mais de um filho (cinco homens e uma mulher), não seguiu com filhos para o interior; Süleyman a libertou da escravidão e se casou com ela; e levou harém imperial para o Topkapı, centro do poder masculino. Hürrem Sultan estudou ciência, diplomacia, falava turco otomano e assessorava o sultão em assuntos políticos e manteve correspondência com Süleyman enquanto este estava fora em batalha (“seus olhos e ouvidos”), e teve ela própria papel importante nas relações com a Polônia, e contatos com safávidas persas.

No que diz respeito ao peso do Congresso de Viena de 1815 na decomposição do Império Otomano, normalmente friso a invasão napoleônica de 1798 como marco mais importante, pois impactou duplamente no Império Otomano: externamente abrindo a fase de intervenções de potências europeias, e internamente, incentivando nacionalismos. Ambos teriam papel fundamental da decomposição do império nas décadas subsequentes e na ideia de “doente da Europa”. E é importante frisar que franceses, britânicos e russos por vezes se uniam contra o Império Otomano, mas por vezes se uniam a ele contra terceiros. O caso da Guerra da Crimeia (1853-1856) é bem marcante, pois franceses, britânicos e sardenhos se uniram ao Império Otomano contra o Império Russo e ao final desta, os otomanos foram convidados a participar do Congresso de Paris, em 1856, ao lado



das potências vencedoras da guerra. E a relação dos otomanos com os alemães é tardia, mas fundamental para entender sua desintegração.

Por fim, de fato é essencial entender o peso que um neo-otomanismo tem na política de Recep Tayyip Erdoğan, figura política que passou o tempo do fundador da República da Turquia, Mustafa Kemal Atatürk no poder. Ao mesmo tempo que comemorou o centenário da república, em 2023, e buscou renomear o país para Türkiye, vem reconvertendo museus em mesquitas, como a Aya Sofia de Istambul; e deu o nome do controverso Yavuz Sultan Selim I (r. 1512-1520) para a terceira ponte que conecta os lados europeus e asiáticos de Istambul.

João Júlio dos Santos e a história otomana a partir do Brasil como história global

Como explicado acima, me pautei pela lente de evolução e expansão da sociedade internacional da Escola Inglesa de Relações Internacionais inicialmente ao realizar minhas pesquisas sobre história otomana *per se*, e suas relações com o Brasil, ao estudar na Turquia. Depois da defesa da tese de doutorado, em 2012, ao participar de eventos como *Third International Congress of the Asian Association of World Historians*, cujo tema foi *Migration in Global History*, e que foi realizado em 2015 a *Nanyang Technological University*, na Cingapura, me convenci que de fato o que eu fazia era História Global. Naquela ocasião conheci o historiador argentino-israelense radicado nos EUA, Diego Holstein e sua metodologia dos 4Cs, citados por João Júlio dos Santos: conexão, comparação, contextualização e conceituação.

Conheci João Júlio nesse mesmo período e criamos conjuntamente o primeiro Simpósio Temático sobre História Global da ANPUH, em 2015, e a partir dessas trocas publicamos conjuntamente o artigo “História Global: um Empreendimento em Curso”, em 2017. Relato isso para deixar claro que ostensivamente me identifico hoje com a História Global – e seus pressupostos de ir além do eurocentrismo e do nacionalismo metodológico - e concordo com João Júlio que ela se faz mais necessária do que nunca.

Busquei mostrar em minha tese/livro que quando da chegada dos portugueses aqui, os otomanos já sabiam dessa presença e isso está explicitado no mapa de Piri Reis, de 1513; que no século XVIII quando Ibrahim Muteferrika (1670-1745) criou a primeira imprensa em Constantinopla, publicou livros que tratavam das Américas; que o companheiro de Simon Bolívar, Francisco de Miranda, passou larga temporada em Constantinopla e deixou relatos sobre a cidade bem diferentes dos europeus e seus preconceitos; para além das duas visitas de d. Pedro II a terras otomanas (1871 e 1876-



1877) e a imigração de súditos otomanos para o Brasil ressaltados pelo professor da UDESC.

A verdade, porém, é que há ainda outras tantas conexões e comparações entre o Império Otomano, a Turquia e o Brasil que valem mais pesquisas. Uma delas é a do café já citado acima em minha resposta à Nelly Hanna, de como um produto originalmente otomano se torna profundamente brasileiro e essencial em nossa economia a partir do século XIX. Outra conexão, contemplada de leve por George Ermakoff em seu livro “Lord Thomas Cochrane”, de 2021, é o papel do militar britânico tanto na independência da Grécia frente ao Império Otomano quanto do Brasil frente a Portugal. Um dia adoraria refletir também sobre similaridades e diferenças entre o Colégio Pedro II, no Brasil, e o Liceu Galatasaray, no Império Otomano, na educação de elites locais antes do estabelecimento de universidades.

E se por um lado fui estudar história otomana instigada pela possível comparação entre Constantinopla/Istambul e Rio de Janeiro, por outro, minha vivência em Ancara, e algumas pesquisas com fontes primárias sob guarda do CPDOC da FGV, demonstram que a mudança de capital na Turquia, inspirou também a mudança de capital no Brasil. No Arquivo Alexandre Marcondes Filho (político paulista) há um texto com comentários sobre as escolhas das capitais da Turquia, Estados Unidos e Austrália. Sobre a Turquia diz:

O movimento nacionalista turco que foi organizado por Mustafá Kemal em 1919 determinou a localização de um governo nacionalista em Ancara em abril de 1920, tendo sido esta cidade devido ao fato de enquanto estava suficientemente distante da costa para estar razoavelmente a salvo de ataques pelos gregos ou das principais forças aliadas, estava em contato com outras partes do interior da Anatólia e era cabeça do tronco nordeste da estrada de ferro anatóliana. Também era de importância a capacidade da área circundante de suprir o alimento necessário à população e matérias primas empregadas pela indústria local. Em 13 de outubro de 1923 por decisão da Grande Assembleia Nacional, Ancara foi declarada capital da Turquia. (...) Ancara existe desde os tempos mais remotos da antiguidade numa conjunção dos caminhos das caravanas. Mustafá Kemal a escolheu para capital do país por ocasião da revolução de 1918 contra Constantinopla invadida pelos aliados. Em 1920 reuniu-se aí o congresso”¹.

Heitor Loureiro e a transmigração do *Millet* otomano

Heitor Loureiro é o maior especialista em história dos armênios no Brasil, autor da obra seminal *Genocídio Armênio* (2025), e dono de experiência ímpar de pesquisa em Yerevan, a capital da Armênia, bem como passagens por Turquia e Líbano. Seus comentários em certa medida me ajudam a reforçar a resposta a Nelly Hanna de que há

¹ AMF tts Ass 000.00.00/2 – CPDOC/Fundação Getulio Vargas



uma história importante dos não árabes que imigraram do Império Otomano para o Brasil. E que só é possível entender as organizações comunitárias iniciais de imigrantes otomanos no nosso país se dominarmos a história dos *millet*s otomanos em geral, no caso dele do armênio, bem como levar em consideração suas aldeias e cidades de origem. Aliás, muito importante que tenha lembrado que o sistema de *millet* ainda subsista no Oriente Médio, não na Turquia herdeira central do Império Otomano, mas em Israel e no Líbano, que não contam com casamento civil.

Um ponto importante levantado por Heitor Loureiro sobre o estabelecimento de organizações comunitárias, como hospitais e clubes, por exemplo, era não só a *expertise* institucional trazida do Império Otomano, mas também o fato de que sofriam preconceito e não eram bem-vindos pela elite já estabelecida no Brasil. Mesmo armênios e a grande maioria dos árabes sendo cristãos, eram de um cristianismo diferente e não raro eram considerados “brancos imperfeitos”, como certa vez ouvi essa definição certa do decano dos estudos médio-orientais no Brasil: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto.

No final, a República da Armênia, independente da União Soviética desde 1991, não fica no Oriente Médio, mas no Cáucaso do Sul, mas ainda hoje a questão do genocídio armênio é um “passado que não passa” para a República da Turquia, como tratei em meu texto base. Interessante notar no texto de Loureiro, contudo, que há a questão da concessão de nacionalidade pela República da Armênia aos descendentes de sobreviventes do genocídio de 1915. Ele cita tal questão para indicar como as instituições religiosas comunitárias são as guardiãs de documentos que ajudam na demanda pela cidadania, e acho importante porque aponta que mesmo gerações depois da tragédia, as diásporas armênias – brasileira incluída – se empenham em buscar a cidadania, visitar a Armênia e participar das lutas políticas do país, em particular a demanda para que a República da Turquia reconheça o genocídio. Loureiro frisa em seu livro que Esse genocídio não é apenas um capítulo isolado no passado; é também um aviso para o presente e o futuro sobre o que pode acontecer quando o ódio, a intolerância e a indiferença prevalecem, e a comunidade internacional pouco ou nada faz para impedir que pessoas sejam alvo de políticas de extermínio por serem, em suma, quem elas são” (2025: p. 123)

Por fim, sobre os Jovens Turcos no Império Otomano e no Brasil, Heitor cita o trabalho importantíssimo de Cristina Luna, sobre os Jovens Turcos brasileiros na Alemanha, onde pesquisou. A pesquisadora turca Nilufer Narli e o colega brasileiro

Leonardo Trevisan têm reflexão conjunta de comparações entre os militares brasileiros e turcos em tempos subsequentes que merecem atenção.

Danny Zahreddine e os drusos na história otomana

Danny Zahreddine é um dos principais nomes dos estudos de Oriente Médio na PUC de Minas Gerais, onde também atuam Jorge Lasmar e Rashmi Singh, referências internacionais em estudos sobre terrorismo a partir do Brasil. Em seu comentário ao meu texto Zahredidine reforçou a importância de se entender que os povos turcos não são nativos do Oriente Médio, só ali chegando por volta do século XI, com a Batalha de Manzikert, de 1071, entre seljúcidas e bizantinos, como marco importante, não por acaso tão festejada e lembrada por Recep Tayyip Erdoğan nos últimos anos.

Zahredinne aproveitou a reflexão sobre a história otomana para lançar luz para a história do Monte Líbano durante o período que fez parte do Império dos Sultões, do século XVI ao XX. Se por um lado frisei em meu texto original que a descentralização da gestão otomana talvez explicasse sua longevidade, posto que terceirizada os governos mais distantes, esperando contar basicamente com reconhecimento de seu poder, recursos de impostos e soldados quando necessário, no texto de Zahredinne ele foca nas dificuldades dos governos locais em buscar “unidade na diversidade”.

Confesso que aprendi muito com seu texto, pois não dominava a história do emirado criado em 1523 e sob liderança do príncipe drusos Fakhreddine II e que esse integrou drusos – um grupo religioso caracterizado por um sistema eclético de doutrinas e por uma coesão e lealdade entre seus membros, conforme a definição da Enciclopédia Britânica² - e cristãos maronitas e ainda organizou a produção de seda. Já o emir Bashir Shihab II, que governou o Monte Líbano de 1788 a 1840, colocou comunidades umas contra as outras e talvez tenha lançado as bases para o conflito intercomunal de 1860 que gerou intervenção francesa, a criação da Mutassarifat do Monte Líbano, e que também estão por trás do início de migrações para o Brasil. Dom Pedro II em 1876 ao visitar Damasco escreveu em seu diário:

Enterraram perto os ossos dos cristãos assassinados em 1860. Falam de 4 a 600 e ainda agora passam alguns a noite assustados e temem que a vitória dos Serbas seja motivo para outra matança. Até querem emigrar para o Brasil segundo ouvi

² <https://www.britannica.com/topic/Druze>

Danny Zahreddine demonstra que desde cedo comunidades localizadas no Monte Líbano buscavam apoios externos para suas questões como o Vaticano e Florença no século XVI e França e Reino Unido no século XIX. De tudo o que escreveu só discordo quando localiza o início das Capitulações no século XVI. Na realidade é essencial que tenha sido o Sultão Mehmet II (r. 1451-1481) que as tenha estabelecido, em 1453, no contexto da tomada de Constantinopla e em relação à cidade-estado italiana de Gênova, que dominava Galata. A pesquisadora das histórias legal, social e urbana do Império Otomano, Fariba Zarinebaf, conta essa história fascinante em um dos episódios do tão citado *Ottoman History Podcast*³.

REFERÊNCIAS

- Baeza, C. (2014). Palestinians in Latin America: Between assimilation and long-distance nationalism. *Journal of Palestine Studies*, 43(2).
- Bull, H. (2002). *A sociedade anárquica*. Editora da Universidade de Brasília.
- Cole, J. (2008). *Napoleon's Egypt: Invading the Middle East*. Palgrave Macmillan.
- Ermakoff, G. (2021). *Lord Thomas Cochrane: Um guerreiro escocês a serviço da independência do Brasil*. G. Ermakoff Casa Editorial.
- Loureiro, H. (2025). *Genocídio armênio: História e disputas políticas no presente*. Juruá Editora.
- Peirce, L. (1993). *The imperial harem: Women and sovereignty in the Ottoman Empire*. Oxford University Press.
- Peirce, L. (2017). *Empress of the East: How a European slave girl became queen of the Ottoman Empire*. Basic Books.
- Sochaczewski, M. (2017). *Do Rio de Janeiro a Istambul: Contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850–1919)*. FUNAG.
- Watson, A. (2004). *A evolução da sociedade internacional: Uma análise histórica comparativa*. Editora da Universidade de Brasília.

³ <https://www.ottomanhistorypodcast.com/2014/02/ottoman-empire-capitulations.html>

NOTAS

AUTORIA

Monique Sochaczewski: Doutora em História, Políticas e Culturais pelo CPDOC/FGV. Professora Permanente, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Mestrado Profissional em Ciência Política e Relações Internacionais, Brasília, DF, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua das Laranjeiras, 322/202 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22440-003 – Brasil

ORIGEM DO ARTIGO

Artigo original.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não aplica

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Monique Sochaczewski. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alexandre Buski Valim, Fábio Augusto Morales, Daniela Capri

HISTÓRICO

Recebido em: 18 de novembro de 2025

Aprovado em: 19 de janeiro de 2026

Como citar: Sochaczewski, M. (2026). Resposta aos comentários ao artigo “Por que é importante estudar a história do Império Otomano?”. *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 33, 1–12.
<https://doi.org/10.5007/1518-2924.2026.e110272>

